



colapso todas as tradições que até agora medeavam entre o homem e a natureza e se proclama desenfreadamente a superioridade do homem sobre os animais (por vezes com suporte de Gn 1,26-30), não é demais aduzir argumentação, agora da Bíblia e da Orientalística, em favor do respeito pelas espécies zoológicas.

*José Nunes Carreira*

**O. KAISER**, *Grundriss der Einleitung in die kanonischen und deuterokanonischen Schriften des Alten Testaments*, II: Die prophetischen Werke, Gütersloher Verlagshaus, Gütersloh 1994, 198 p. ISBN 3-579-00053-5.

Depois da bem conseguida *Introdução ao Antigo Testamento*, várias vezes reeditada e traduzida noutras línguas, O. Kaiser refunde e actualiza o tratamento das matérias numa «epítome» em três volumes. O vol II, dedicado aos livros proféticos, conta com a colaboração de K.-F. Pohlmann, que escreve o capítulo sobre o *Livro de Ezequiel*.

Impressiona bem, logo de entrada, a terminologia irénica ou ecuménica do título. Livros «deuterocanónicos», como lhes chamam os exegetas católicos, substituiu os «apócrifos» da nomenclatura protestante tradicional. É salutar que se deixe o termo para os livros que nenhuma das grandes Igrejas cristãs reconhece como canónicos. O passo seguinte será suprimir (em título) pura e simplesmente a distinção.

Situa-se rapidamente o fenómeno da profecia no contexto do Oriente Antigo. Adivinhação houve-a por toda a parte – no Egipto, na Ásia Anterior e no Egeu. Profecia como inspiração divina só em Mari (séc. XVIII-XVII a. C.) e mais tarde entre os Cananeus de Taanak, os Fenícios de Biblos, os Arameus da Síria e os Assírios (séc. VII a. C.). No mesmo parágrafo introdutório se esboça a história do profetismo hebreu, das figuras dos séculos X-IX (Natã, Gad, Aías, Elias, Eliseu) aos homens cujos oráculos se julgaram dignos de registo em livro próprio (Amós, Oseias, Isaías, Miqueias, Jeremias, Ezequiel, etc.). É o século VIII que marca o início da profecia clássica e dos profetas «escritores».

Que este termo se deve usar com muita precaução, vê-se pela parte modesta e até mínima que tais «escritores» tiveram na elaboração dos livros que lhes são atribuídos. «O livro profético é o resultado de uma reelaboração actualizante da colecção de palavras do profeta de que tem o nome» (p. 21). É uma evidência, marcada deste o início da Obra

(«Do dito profético ao livro profético», pp. 21-28). «Não há um único livro profético no Antigo Testamento que não tenha sido substancialmente alargado, no interesse de sucessivas actualizações. Vê-se imediatamente que as profecias de um Amós ou de um Oseias foram reelaboradas tanto depois da queda do reino do Norte em 722 como depois da do Sul. No primeiro caso, para congraçar profecia e realização; no segundo, integrando os habitantes de Judá, para tornar os livros relevantes para eles. De modo semelhante depois de 587: a mensagem de desgraça de um Isaías, Miqueias e Jeremias tinha de se dar a pouco e pouco interpretada na sombra da catástrofe total do reino de Judá, de modo que os sobreviventes pudessem entender a mensagem deles como prova de culpa e apelo à penitência face à sua própria situação» (p. 27).

Com esta perspectiva, torna-se relativamente irrelevante a *vexata quaestio* das *ipsissima verba* de um profeta, tão importante para a crítica literária clássica, passando relevo para o livro na sua forma actual. Ainda mais importantes se revelaram os métodos da história das formas (*Formgeschichte*), história da tradição e história da redacção. O que não equivale a passar uma esponja sobre a diacronia, insistindo exclusivamente numa leitura sincrónica. Diz-se em termos gerais: «A determinação das mais pequenas unidades primariamente independentes, por meio de observações de crítica das formas e história das formas, constitui o ponto de partida da exegese dos profetas» (p. 27). E aplica-se concretamente em cada livro.

Sirva de amostra o *Livro de Isaías*, «o livro do futuro de Sião». Os oráculos sobre a salvação de Sião e destruição de Assur entendem-se como elaborações de data pós-exílica; e não é de excluir que o leitor do tempo dos Persas tenha visto em Assur um criptograma da potência mundial. (pp. 36-37) São critérios de história das formas e história da redacção que levam a retirar ao profeta do século VIII os quatro (9,1-6; 11,1-5 [9]; 16,4b-5; 32,1-8) ou cinco (se incluirmos 7,14-16) trechos messiânicos do Proto-Isaías (cc. 1-39).

Nem todos serão tão minimalistas, mas dificilmente haverá discordância (salvo de algum fundamentalista serôdio) em reconhecer o carácter tardio dos oráculos contra os pagãos (cc. 13-23), do apocalipse de Isaías (cc. 24-27) e dos cc. 33-35. Em suma: «Do pequeno rolo das palavras de Isaías, filho de Amoz, por meio de releituras, de interpolações e condensações nasceu no decurso de cinco séculos o livro dos juízos divinos contra Israel, Judá e os povos do mundo e do futuro de Sião» (p. 48).

Igualmente complexa foi a transmissão e redacção dos oráculos, do exílio e pós-exílio, que constituem as colecções do Dêutero (cc. 40-55) e do Trito Isaías (cc. 56-66). Na primeira destas colecções merecem especial atenção os chamados «cânticos do servo de Javé», identificados e agrupados por B. Duhm em 1892. Sobre a interpretação e identificação do «Servo» (autobiográfica, colectiva [Israel], messiânica, figura histórica conhecida como Zorobabel) conclui-se resignadamente com o dito de R. Smend: «Difícilmente se desvendará alguma vez todo o enigma» (p. 59).

Em Jeremias, «o livro da interpretação do exílio» (67-81) ressalta a problemática da composição, deslocando-se progressivamente a investigação da hipótese das fontes (crítica literária) para a história da redacção do livro, com notória influência dos círculos deuteronomistas (a relação com a reforma de Josias é outro problema, negativamente resolvido por quem data a actividade do profeta só a partir de 609 e não de 627 a. C., e são cada vez mais). E também aqui vale o princípio geral: «A rápida vista de olhos sobre os problemas literários fundamentais do *Livro de Jeremias* deve ter dado uma impressão suficiente da dificuldade da investigação sobre Jeremias. No entanto, não há qualquer motivo para por essa razão quebrar a continuação da análise cuidada, orientada pela crítica das tendências e diacrónica, presumivelmente infrutífera, e dedicar-se em seu lugar a um entendimento do livro transmitido como unidade literária. Dificuldades não existem para capitular perante elas, mas para as superar em trabalho paciente e continuado» (p. 72).

Ainda mais que em Isaías, cuja imagem histórica se discutia relativamente cedo (pp. 35-36), o homem Jeremias recua decididamente para o fim do afloramento (pp. 79-80).

Em *Ezequiel* (pp. 82-102), K.-F. Pohlmann salienta enfaticamente o papel da situação de exílio e do regresso da diáspora na redacção do livro. O confronto com a personagem e o seu tempo não se faz esperar muito, embora subordinada à apresentação da obra. É que «é óbvia a suspeita de que as três fases da actividade de Ezequiel que se lêem no livro actual não assentam no conhecimento fundado da sua vida mas numa construção de teologia profética. (...) A conclusão (do livro) para o Ezequiel histórico e até para a sua constituição psíquica só é possível quando a redacção do livro for contemplada, e reconhecida a diferença entre as tradições primárias e as transformações secundárias» (p. 85). A conclusão é que na investigação actual sobre Ezequiel a única questão em aberto é a da relação entre os trechos individuais e a sua moldura

estruturante. «Que o livro, na sua forma actual, se deve considerar como composição planeada, está fora de dúvida. Daí não se segue que o projecto provenha de um único autor...» (p. 89). O A. distingue um nível redactorial com uma concepção histórica que fala aos judeus do tempo do exílio (salvação para os exilados e desgraça para os que ficaram no país) e outro dirigido à situação de diáspora. A primeira redacção deu-se durante o exílio na Palestina. Embora não se possam determinar com rigor todas as unidades que compunham o primeiro livro, há indícios literários suficientes para extrair o seu plano estruturante (p. 98).

Igual metodologia percorre os profetas menores e os deuterocanónicos. Curiosa é a inserção de «o *Livro de Daniel* e a apocalíptica», que tanto em data como em género literário saltam fora do profetismo, sobretudo nos cc. 8-12. Se as histórias lendárias dos cc. 1-6 (onde a investigação produziu maiores resultados) podem ser dos sécs. V-IV a. C. (pp. 167-168), os últimos capítulos provêm de um estudioso da Escritura, que, no contexto de correntes sincretistas da época helenista, lançou mão de fontes astronómico-astrológicas, históricas e geográficas para fundamentar o seu pretenso conhecimento de segredos escatológicos (p. 172). O «filho do homem» da Dan 7 é um ser celestial e representante dos anjos (p. 174).

Daniel é o único livro apocalíptico do Antigo Testamento. Mas há que ter ideias claras sobre as coisas e (com D.S. Russel) distinguir entre apocalipse como género literário, apocalíptica como complexo de concepções religiosas e escatologia apocalíptica, ou seja, as concepções sobre os novíssimos contidas em tais escritos (p. 175 n. 51).

Com bibliografia selecta e actualizada para cada capítulo, a Obra realiza perfeitamente a finalidade a que se destina. Terá certamente o êxito da *Introdução ao Antigo Testamento*, que na opinião da crítica se tornou obra de referência.

*José Nunes Carreira*

**L. M. DE ARAÚJO**, *Estudos sobre Erotismo no Antigo Egipto* (Temas pré-clássicos, 2), Colibri, Lisboa 1995, 351 p. ISBN 972-8288-05-0.

L. M. de Araújo continua a prover a escassa bibliografia egiptológica portuguesa do fruto do seu labor fundamentado. E muito mais do que labor imposto pela necessidade de prossecução na carreira académica,